A. Teixeira de Sousa

Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na Região de Paris: uma tentativa de interpretação das suas relações

Na primeira parte deste trabalho, publicada no número anterior de Análise Social, *foram* descritos *os aspectos mais significativos das relações entre os trabalhadores portugueses e os sindicatos franceses, nomeadamente na Região de Paris. Embora fazendo parte da classe operária em França, os trabalhadores portugueses encontram-se numa situação de «marginalidade» em relação aos sindicatos que, em princípio, deveriam defender os seus interesses. Tenta-se, neste artigo,* interpretar *essa situação. Numa primeira parte examinam-se as funções económicas, políticas e «sociais» que, em benefício das classes dominantes, a imigração desempenha nos países industrializados da Europa. Numa segunda parte, adoptando uma perspectiva histórica, o autor procura mostrar que os sindicatos franceses têm vindo a transformar-se em verdadeiros «aparelhos de estado» e que a sua acção se exerce sob o efectivo* contrôle *daquelas mesmas classes dominantes. Na parte final, a «marginalidade» dos trabalhadores imigrados aparece, portanto, como o efeito necessário, quer das funções desempenhadas pela imigração, quer das características assumidas pelas organizações sindicais nos países capitalistas altamente desenvolvidos.*

I

INTRODUÇÃO: AS FUNÇÕES DA IMIGRAÇÃO NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

1. O problema das relações dos trabalhadores estrangeiros com as organizações sindicais dos países de imigração contém, como se viu no artigo precedente, um paradoxo fundamental: por um lado, esses trabalhadores constituem uma parte integrante da classe operária no país onde exercem a sua actividade produtora; por outro lado, as organizações sindicais, que dizem representar e defender essa classe, esquecem quase sempre, na sua prática quotidiana, os interesses e os problemas específicos desta fracção importante do proletariado, portadora, aliás, de novas

esperanças para o futuro do movimento operário. Como a base deste paradoxo parece situar-se num conjunto de equívocos e de ambiguidades ligados aos fenómenos migratório e sindical, pareceu útil analisá-los separadamente.

2. O fenómeno das migrações é tão antigo como a própria humanidade; houve sempre movimentos migratórios de massas humanas, não só no interior de cada nação (da montanha para a planície, da aldeia para a cidade), mas também ao nível internacional. Recordem-se as invasões *bárbaras* e, sobretudo, o período considerado entre 1840 e 1914 (período de expansão colonial), em que a Europa se tornou um enorme reservatório de massas humanas que se encaminham para outros continentes (95 % destes migrantes destinam-se à América)[1], à procura de zonas a explorar e/ou de povos a colonizar. A Suécia, a Alemanha, a França[2] ou a Inglaterra eram, nesse período, países de emigração. Trata-se de uma emigração de colonização e de povoamento. Mas as grandes migrações param com a crise económica de 1929, seguindo-se imigrações esporádicas e espontâneas, de significado muito restrito.

Foi, sobretudo, a partir da segunda guerra mundial que se deu, nos movimentos migratórios, *uma reviravolta radical.* De facto, a corrente migratória dirige-se agora (e ao contrário do que sucedera no século XIX) do sul para o norte, dos países *subdesenvolvidos* e semi-industrializados da África, da Ásia, e da Europa meridional para os países altamente *desenvolvidos* da Europa ocidental. *Trata-se, essencialmente, de migrações de mão-de-obra.* A corrente migratória portuguesa integra-se no sentido deste movimento geral das migrações.

2.1 As causas das migrações são múltiplas e complexas e os limites deste trabalho não permitem sequer tentar defini-las e agrupá-las. Como neste momento estão em causa apenas as migrações modernas de mão-de-obra, que se destinam aos países industrializados, pode afirmar-se que a sua causa fundamental *é, sem dúvida, de carácter económico,* embora o fenómeno migratório tenha geralmente efeitos significativos tanto ao nível do económico como aos níveis do político e do ideológico; e isto, não só no país de origem, mas também no país de chegada.

2.2 O processo de trabalho pode decompor-se sempre, qualquer que seja o modo de produção considerado, em três elementos necessários:

a) A *força de trabalho,* ou mão-de-obra.
b) O *objecto de trabalho,* que consiste nas matérias-primas

[1] Entre 1901 e 1910 entraram nos Estados Unidos 8 800 000 migrantes, que, na sua quase totalidade, eram europeus.

[2] Neste período saíam de França, por ano, cerca de 100 000 pessoas, que se destinavam sobretudo à Argélia, a Marrocos, à Tunísia, a Madagáscar e aos Estados Unidos.

ou mesmo em certos produtos sobre os quais se vai exercer a *força de trabalho.*

c) Os *meios de trabalho,* ou instrumentos com que se trabalha.

Uma vez que o *objecto de trabalho* e os *meios de trabalho* se denominam, globalmente, *meios de produção,* segue-se que qualquer processo de trabalho inclui, por um lado, os meios de produção e, por outro lado, a força de trabalho.

2.3 Uma característica fundamental do modo de produção capitalista consiste no facto de serem mercadorias quer os meios de produção quer a própria força de trabalho, de tal modo que o *trabalhador livre* (isto é, nem escravo, nem servo da gleba) é obrigado, para sobreviver, a vender a sua força de trabalho (ou capacidade de trabalhar) ao proprietário dos meios de produção (dos quais está inteiramente separado), segundo as leis do mercado. Note-se, porém, que a força de trabalho é uma mercadoria característica, muito diferente de todas as outras, porque, ao ser consumida pelo capitalista, transmite ao *objecto de trabalho* um valor superior ao seu. Aliás, desta característica específica da força de trabalho resulta, como se sabe, a mais-valia, ou seja, a diferença entre o valor utilizado pela entidade patronal na compra de todos os elementos componentes do processo de trabalho e o valor final do produto no mercado.

Tendo-se o capitalista limitado a comprar mercadorias (entre as quais a força de trabalho), a pô-las em contacto umas com as outras e a voltar a vender as novas mercadorias que resultaram do processo de trabalho, segue-se que a mais-valia se deve à força de trabalho; e, como não há nenhum processo de trabalho que não inclua, necessariamente, o trabalhador, a acumulação dos *meios de produção* exige, simultaneamente, a acumulação da força de trabalho, ou *capital humano,* nas mesmas regiões e nos mesmos sectores de actividade. Por outras palavras: como não há mercadorias sem haver trabalhador, a preocupação básica das classes dominantes terá de se traduzir na produção e reprodução da classe operária, indispensável, como se viu, à obtenção da mais-valia.

2.4 O problema fundamental da *produção* da classe operária foi resolvido, durante muitas décadas e de maneira satisfatória, pela mão-de-obra agrícola dos países industrializados, que funcionava como *exército industrial de reserva,* em estado latente, pronto a partir para a cidade e a integrar-se na indústria [3] ao primeiro apelo das entidades interessadas. O êxodo rural, que atingiu a maioria das aldeias, é um movimento migratório e profissional e corresponde a determinadas formas de relação entre o capital e o trabalho. Estas migrações internas são, deste modo, migrações de mão-de-obra e, portanto, de carácter essencialmente económico.

---

[3] Entre 1921 e 1960, nos Estados Unidos da América, cerca de 25 milhões de trabalhadores agrícolas deixaram o sector primário.

Em França, a população activa agrícola diminuiu 25 % entre 1954 e 1962.

Mas as reservas constituídas pela mão-de-obra agrícola já se esgotaram, praticamente, nos países industrializados, e, por outro lado, aumenta cada vez mais o fluxo de mão-de-obra do *sector secundário* para o *sector terciário*. As classes dominantes terão, portanto, de *importar* de outros países menos industrializados a mão-de-obra exigida pela acumulação dos meios de produção e, deste modo, as modernas migrações internacionais não diferem, na sua natureza, das migrações internas referidas, constituindo com estas momentos diferentes de um mesmo processo.

Por outro lado, as classes dominantes foram tomando uma série de medidas complexas (salários, convenções colectivas, participação, cogestão, etc.) que se destinam a *reproduzir a mão-de-obra já integrada no sector industrial, de maneira a tornar permanentes as relações de produção específicas do modo de produção capitalista.*

Uma vez que tanto as migrações internas como as migrações internacionais estão directamente relacionadas com as exigências da produção e da reprodução da classe operária, *traduzindo uma nova forma de relação entre capital e trabalho,* isso significa que *os dois tipos de migrações se situam mesmo no centro do modo de produção capitalista e que não se lhes pode atribuir, de modo nenhum, carácter puramente acidental.*

2.5 O fluxo migratório actual dirige-se das zonas e dos países *subdesenvolvidos* (como um caudal de riquezas) para as zonas e países *desenvolvidos*. E, já que se fala de *desenvolvimento* e de *subdesenvolvimento,* sublinhe-se que um e outro se não podem considerar processos independentes (embora mais ou menos articulados), mas constituem um processo único com duas faces antagónicas, que se implicam mutuamente, de tal modo que é o *desenvolvimento* que gera o *subdesenvolvimento*.

De facto, tal como, no interior duma mesma formação social, as regiões *centrais* mantêm relações de dominação com as regiões *periféricas,* também no sistema capitalista mundial os países *desenvolvidos* mantêm relações de dominação com os países *subdesenvolvidos,* à custa dos quais aumentam continuamente as riquezas e os recursos dos primeiros, fenómeno que se processa quer através da troca desigual, quer através da apropriação de mais-valia. E, deste modo, tanto ao nível nacional como ao nível internacional, o *subdesenvolvimento* de certas zonas ou de certos países é gerado pelo *desenvolvimento* de outras zonas ou de outros países, à medida que este se processa. Com efeito, não pode esquecer-se que os países capitalistas se não encontram simplesmente justapostos uns ao lado dos outros, mas formam um conjunto económico devidamente estruturado (que assenta na base de relações de força) entre países dominantes (ou *centrais*), altamente industrializados, e países dominados (ou *periféricos*), impossibilitados de prosseguir um desenvolvimento espontâneo e uma livre expansão económica. *É neste enquadramento geral que terá de se entender a importação da mão-de-obra estrangeira pelos países da Europa ocidental industrializada.*

3. Nos países altamente industrializados da Europa ocidental, a imigração de mão-de-obra estrangeira apresenta características relevantes e assume funções específicas da maior importância no domínio das relações entre sindicatos e trabalhadores imigrantes.

Por um lado, já não se pode dizer que a importação de força de trabalho proveniente de países *subdesenvolvidos* representa para os países industrializados uma necessidade puramente conjuntural, relacionada apenas com exigências de maior mobilidade (geográfica, profissional ou social) e duma relativa flutuação do emprego. É certo que a *torneira* da imigração se pode fechar ou abrir um pouco mais, permitindo resolver, assim, nos países ditos *desenvolvidos* situações de crise mais ou menos difícil, sem que se agravem, geralmente, as tensões sociais. Lembremo-nos, por exemplo, de que, durante a recessão económica de 1966-67, 400 000 trabalhadores estrangeiros foram obrigados a abandonar a Alemanha Ocidental, sem perturbação grave da *paz social*. Uma parte da mão-de-obra estrangeira pode considerar-se, por conseguinte, mais ou menos *flutuante*, segundo a lógica da conjuntura económica; *mas outra parte dessa mão-de-obra ocupa já posições-chave em determinados sectores e em numerosas empresas*[1], *podendo considerar-se ao abrigo das variações conjunturais e até de graves crises económicas*. Tanto em França como na Alemanha, na Suíça e na maior parte dos países industrializados, *a mão-de-obra estrangeira corresponde já a uma necessidade de natureza estrutural, de tal modo que a economia desses países não pode ser elaborada, independentemente da sua presença, sem sofrer, ao mesmo tempo, profundas modificações que implicariam, com certeza, graves conflitos sociais*.

Por outro lado, a imigração assume nesses países funções do maior relevo, *não só no plano económico, mas também nos planos social* e *político*, a que será necessário fazer uma breve mas atenta referência.

a) As funções económicas desempenhadas pela imigração internacional moderna caracterizam-se pela sua relevância e pela sua complexidade. Independentemente do facto, já de si muito significativo, de essa imigração representar o acesso dos países *desenvolvidos* a uma mão-de-obra adulta e jovem, para cuja for-

---

[1] Onde iriam os Franceses encontrar mão-de-obra nacional para a construção civil e as obras públicas ou para as cadeias de montagem de empresas como a Régie Renault, a Citroën e muitas outras, se, de repente, os trabalhadores estrangeiros fossem obrigados a sair de França? O que aconteceria, em idênticas circunstâncias, às indústrias suíça, alemã, inglesa, etc.? A crise do petróleo demonstrou, há pouco tempo, o grau de dependência dos países industrializados em relação aos países *subdesenvolvidos*, no que se refere aos problemas de energia e das matérias-primas, fenómeno que *traumatizou* os *trovadores da civilização ocidental* e fez estremecer as estruturas do modo de produção capitalista, fazendo surgir, perante o pasmo de muitos, a gravidade das contradições do referido modo de produção no sistema capitalista mundial.

Se, num jogo de abstracção, imaginarmos, por momentos, que a totalidade dos imigrantes abandonava, de repente e por decisão comum, os países *desenvolvidos* onde exercem a sua actividade, poderá, certamente, avançar-se a hipótese de que o sobressalto sofrido pelas economias desses países talvez não fosse menor.

mação nada contribuíram, esse fenómeno social aparece-nos, *actualmente,* como mecanismo indispensável do modo de produção dominante nos países *desenvolvidos,* mecanismo que, por fornecer o necessário *exército industrial de reserva* (sem o qual se torna difícil encontrar uma saída para a notória contradição entre a necessidade contínua de expansão e a não menos premente exigência de *pleno emprego*) e por constituir, simultaneamente, *um meio eficaz de amortecer, sem graves conflitos sociais, os efeitos das repetidas crises económicas,* terá de considerar-se como elemento imprescindível do actual sistema capitalista mundial.

b) A imigração desempenha também uma *função de natureza política,* cujas consequências importa realçar. Com efeito, o facto de se negar aos trabalhadores estrangeiros quaisquer direitos políticos implica, nomeadamente, que *uma parte importante da classe operária se mantenha completamente afastada de qualquer actividade política* (facto que terá como principal consequência um notável enfraquecimento da referida classe) e permite novas formas de exploração e repressão, destinadas a *manter* os trabalhadores imigrantes numa situação de marginalidade.

c) Por outro lado, a imigração desempenha ainda uma *função de natureza social,* de não menor importância que a das suas funções económico-políticas. Concentrando-se em actividades, empresas e sectores dos quais a mão-de-obra nacional se afasta cada vez mais, os trabalhadores estrangeiros, que são objecto, além disso, de variadas formas de discriminação, viram levantar-se à sua volta uma barreira quase intransponível a separá-los dos trabalhadores autóctones e a atribuir-lhes o ínfimo degrau da escala social. *Essa barreira, que se traduziu numa espécie de promoção socioeconómica destes e na marginalização daqueles, tem constituído sempre o grande factor de divisão da classe operária nos países de imigração, permitindo que, deste modo, a ideologia nacionalista consiga, geralmente, sobrepor-se à própria consciência de classe,* uma vez que estão em causa trabalhadores que participam, sem nenhuma dúvida, das mesmas relações de produção. A função *social* da imigração, na medida em que, finalmente, se traduz na divisão da classe operária em duas fracções *opostas* (embora não antagónicas), adquire o maior significado em termos de lutas de classe e de movimento operário.

Pode concluir-se, por conseguinte, que *a imigração de mão-de-obra estrangeira constitui actualmente, pelas funções que vem desempenhando, um mecanismo indispensável para as classes dominantes dos países industrializados, com relevantes e significativas incidências quer nas relações de dominação/dependência entre diferentes países do sistema mundial capitalista, quer nas lutas sociais desencadeadas e a desencadear nos países de imigração.*

Surge imediatamente o problema de saber se e como procuram os sindicatos neutralizar este novo *mecanismo de classe* ao serviço das classes dominantes.

II

MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO OPERÁRIO EM FRANÇA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

1. O movimento sindical traduz apenas uma das formas do movimento operário [5], que tem conhecido, no decorrer da história e nos diferentes países, formas variadas de assinalável importância. Da estratégica articulação de todas essas formas depende, em grande parte, o êxito, não só do movimento operário em geral, mas também de cada uma das formas que o constituem em particular. Importa, por conseguinte, relacioná-lo com essas formas diferentes, numa perspectiva histórica, para melhor se apreender a parte que lhe cabe na estratégia geral do movimento operário. Embora de maneira muito sumária, tentarei estabelecer essa relação no que se refere ao caso francês, procurando, todavia, nunca perder de vista horizontes mais vastos.

1.1 O movimento operário francês não tem *data de nascimento* devidamente estabelecida. E, como se trata de todo um processo onde se articulam as formas mais variadas, de características legais e clandestinas, reformistas e revolucionárias, económicas, ideológicas e políticas, não é possível definir com precisão o momento em que surgiu.

No entanto, se for necessário apontar uma data, a do início da Revolução Francesa (1789) parece, de longe, a mais apropriada, pelas seguintes razões:

a) Foi com a Revolução Francesa que a burguesia se afirmou e se estabeleceu como classe dominante, o que implica, evidentemente, a situação correlativa do proletariado como classe dominada.

b) A vitória da burguesia, na sua luta contra a dominação do clero e da nobreza, não teria sido possível sem a colaboração do proletariado, que pensava conseguir desse modo a sua própria emancipação.

c) Apesar da manipulação de que foi objecto por parte da nova classe dominante, o proletariado pôde retirar da sua prática de classes, na Revolução Francesa, algumas conclusões portadoras das mais importantes consequências no domínio das lutas sociais, em geral, e do movimento operário, em particular. Pôde verificar, por exemplo: que a estrutura social não é imutável (se foi possível uma revolução que alterou por completo estruturas que pareciam definitivamente estabelecidas, não há razão para que outras não

---

[5] Por sua vez, o movimento operário situa-se, por um lado, na continuação de outros movimentos sociais de emancipação, próprios de modos de produção pré-capitalistas (em que se integram, por exemplo, as lutas prosseguidas pelos escravos e pelos camponeses) e, por outro lado, num contexto geral de emancipação que lhe é contemporâneo e de que fazem parte outros movimentos sociais, cujo objectivo se não encontra directamente relacionado com o processo de produção, como, por exemplo, os que combatem formas de exploração baseadas no sexo, na idade, na dominação política de tipo colonial, etc.

venham igualmente a realizar-se no futuro); que o poder (e a maneira como, na sociedade, está distribuído), assim como os privilégios que o acompanham, não dependem de razões de natureza metafísica ou divina, mas assentam em relações de força, modificáveis a cada momento; que a sua força está no seu número, mas que essa força latente apenas se transforma em acto por meio de acções de massa devidamente organizadas.

O proletariado, ao fazer a revolução burguesa, aprendeu uma lição que lhe vai ser útil no futuro. A Comuna de Paris será fruto dessa lição.

d) Os efeitos dessa lição começaram, aliás, a verificar-se *ainda em pleno período revolucionário* e disso dá testemunho eloquente a célebre Conjura dos Iguais (1795), organizada e dirigida por Babeuf.

A história desta conspiração foi publicada mais tarde (1828) por Buonarrotti (que havia tomado parte nela) e tornou-se logo *uma das mais importantes bases teóricas das organizações secretas* [6] *de carácter revolucionário,* que constituíam, sobretudo na primeira metade do século XIX, uma forma bem característica do movimento operário em França.

1.2 A situação social dos trabalhadores franceses atingira um nível tão baixo nos princípios do século XIX, que, para eles, o problema mais grave era o da sobrevivência [7]. Como dizia o médico Guépin: «Viver, para o operário, é não morrer.»

Diversos factores se encontram na base dessa angustiosa situação; eis alguns dos principais:

a) A máquina veio destruir a profissão, reduzindo o trabalho a uma série de actividades parcelares, simples e repetitivas, para as quais se não exigia nem qualificação, nem habilidade, nem aprendizagem demorada, de tal modo que qualquer pessoa, mesmo as crianças de tenra idade (5 a 6 anos) [8], não encontravam, na execução das tarefas, dificuldades inultrapassáveis. E, desta maneira, as formas de produção industrial excluíram da sociedade (domi-

---

[6] Estas sociedades secretas tinham como finalidade a libertação da *massa operária* e a consequente instalação duma sociedade económica, com base numa espécie de comunismo utópico. Os meios para se atingir esse objectivo consistiam na conquista do poder político pela força, através dum grupo de conspiradores rigidamente organizados, e na educação da classe operária. Saliente-se que BABEUF já distinguia duas classes antagónicas: a dos proprietários ricos e a dos pobres. No entanto, estas classes apresentavam ainda contornos mal definidos.

[7] Vários inquéritos realizados em França, por alturas de 1830, descrevem, de maneira pormenorizada, a extensão da miséria que então atingia quase toda a clase operária. São de salientar, entre todos: os do barão de MORROGUES *(De la misère des ouvriers et de la marche à suivre pour la remédier);* os do Dr. GUÉPIN, que foi presidente do Município de Nantes *(Nantes au XIX^e siècle);* e, finalmente, os de VILLERME *(Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie).*

[8] Só numa manufactura de Toulouse (Boyer-Fonfrède) chegaram a trabalhar 250 crianças do sexo masculino e 150 do sexo feminino. Muitas delas com menos de 5 anos, trabalhando 13 e 14 horas por dia.

nada e dirigida pelo capital) grupos populacionais cada vez mais numerosos e miseráveis, que faziam a experiência de algo muito semelhante a um novo tipo de escravatura.

Os salários tornaram-se tão baixos que um chefe de família, para sobreviver, era muitas vezes abrigado a vender (quase de graça), não só a sua força de trabalho, como também a da mulher e a dos filhos. Uma criança em duas morria nos dois primeiros anos. Os tugúrios infectos regorgitavam de gente (Victor Hugo fala das caves de Lille, chamando-lhes «um inferno morno», povoado de «fantasmas»); florescia a prostituição mesmo entre raparigas ainda crianças; as crianças, trabalhando nas manufacturas, não podiam, evidentemente, frequentar escolas (assim se reproduzia a força de trabalho inculta e analfabeta de que as manufacturas precisavam); passava-se na taberna o pouco tempo de que se dispunha, pois nem havia outro sítio onde se pudesse discutir livremente, estar entre amigos e, sobretudo, esquecer a vida.

b) O liberalismo económico, imposto pela Revolução Francesa, recusava a interferência de qualquer colectividade (mesmo que fosse o estado) nas relações económicas e sociais, de modo que a entidade patronal só tivesse de enfrentar indivíduos, quer na discussão das cláusulas do contrato de trabalho, quer na procura de um acordo, por ocasião de possíveis conflitos. Suprimiram-se, por conseguinte, todas as associações existentes que pudessem constituir obstáculo ao *livre* jogo da concorrência entre pessoas singulares e proibiu-se a criação de outras análogas [9].

c) Uma ausência absoluta de legislação social entregava às entidades patronais, unicamente guiadas pela lógica do lucro, uma população operária inteiramente indefesa [10].

d) Uma consciência de classe ainda embrionária, no que se refere à *grande maioria* da população operária, não poderia deixar de implicar, nas relações de classe, um forte desequilíbrio, altamente favorável à burguesia.

1.3 A situação objectiva em que se encontravam os trabalhadores permitiu que despertasse entre os operários, primeiro, a solidariedade de grupo (profissional ou local) e, depois, a soli-

[9] A célebre Lei Le Chapelier (14-6-1971) havia estabelecido que *os operários* não têm interesses comuns e, por isso, *não podem constituir grupos que os defendam.*

Por seu lado, a lei do 22 Germinal (12-4-1803) afirma no artigo 7.º: «*Será punida toda a união da parte dos trabalhadores* para cessar ao mesmo tempo de trabalhar, proibir o trabalho em certos *ateliers,* impedir que permaneçam neles antes ou depois de certas horas e, em geral, suspender, impedir, encarecer os trabalhos, desde que tenha havido tentativa ou começo de execução.»

[10] Não só não havia legislação social que protegesse o trabalhador nas suas relações com a entidade patronal, mas também existia, até, uma legislação *negativa,* verdadeiramente atentatória da *liberdade individual,* tão apregoada. Cite-se, como exemplo, o facto de uma lei de 1-12-1803 obrigar o trabalhador a trazer sempre consigo um *livrete operário,* visado pela polícia ou pelo presidente do município, sob pena de seis meses de prisão! Acrescente-se que desse *livrete* deviam constar, além da identificação do trabalhador, os nomes dos diversos patrões, bem como os motivos de saída ou expulsão Uma espécie de *passaporte de trabalho!*

dariedade de classe. O movimento operário começou, portanto, a surgir, sob formas muito diferentes, um pouco por toda a parte.

Não se pretende fazer aqui um estudo do movimento operário em França. O meu objectivo consiste apenas em apontar algumas das formas de que se revestiu, no seu processo de desenvolvimento, e a maneira como se foram articulando.

Distinguirei, na sua evolução, quatro períodos importantes: o primeiro termina com a tragédia da Comuna de Paris, em que perderam a vida ou tiveram de se exilar muitos dos principais dirigentes operários e um número elevado de militantes; o segundo termina com o início da primeira guerra mundial; o terceiro inicia-se logo a seguir a esta, inaugurando uma fase de pluralismo sindical; e, finalmente, o quarto nasceu dos *acontecimentos* de Maio de 1968.

1.3.1 No primeiro período, o movimento operário permaneceu praticamente na clandestinidade, traduzindo-se em formas diferentes e desarticuladas, entre as quais se destacam as sociedades de socorros mútuos, as sociedades de resistência, as sociedades secretas e os sindicatos (ou câmaras sindicais)[11].

As *sociedades de socorros mútuos* (ou fraternidades) destinavam-se, geralmente, a operários duma mesma profissão (aspecto corporativista) altamente qualificados e tinham como objectivo a cobertura de determinados riscos sociais, como a doença, a morte, etc. Começaram a criar uma certa solidariedade de grupo, base para uma futura solidariedade de classe.

As *sociedades de resistência* destinavam-se também a operários qualificados, geralmente da mesma profissão ou de profissões afins, e tinham por finalidade a resistência, em grupo, à diminuição dos salários e à deterioração das condições de trabalho.

Não era raro acontecer sociedades de socorros mútuos transformarem-se em sociedades de resistência e estas virem a originar, por sua vez, o aparecimento de sindicatos. De qualquer modo, porém, tanto as sociedades de socorros mútuos e as sociedades de resistência, como os próprios sindicatos (que apenas começaram a aparecer, em França, por volta de 1863), defendiam, em teoria como na prática, a ideologia corporativista, intimamente relacionada com a defesa da profissão, apresentando, por conseguinte, características predominantemente conservadoras.

O mesmo não acontecia já com as sociedades secretas, que constituem, a meu ver, a única forma revolucionária assumida pelo movimento operário em França durante quase todo o século XIX ou, pelo menos, durante este primeiro período do seu desenvolvimento. Tendo por objectivo a libertação dos trabalhadores, as

[11] Não se mencionam as *compagnonnages,* tão espalhadas ainda, no princípio do século XIX, entre os trabalhadores da construção civil, na medida em que exprimiam uma solidariedade de limites muito estreitos, reservada apenas a um pequeno grupo (Devoir), e, sobretudo, porque nos aparecem como a expressão dum período artesanal e, portanto, fora do âmbito do modo de produção capitalista.

Aliás, esta forma de organização foi desaparecendo à medida que a industrialização se processava.

sociedades secretas começaram a organizar-se de acordo com o modelo estabelecido por Babeuf, esperando conseguir esse objectivo por meio de um golpe revolucionário que lhes permitisse apoderar-se do poder. Eram constituídas, geralmente, por intelectuais e operários e algumas ficaram célebres, como, por exemplo, a Sociedade dos Amigos do Povo, a Carbonária, a Sociedade das Famílias [12], etc.

Este período revestiu-se de grande significado para o movimento operário francês, tanto no domínio teórico como no domínio da actividade prática. No domínio teórico, além do contributo relevante de Babeuf, importa salientar, sobretudo, a contribuição de Marx e Engels, cujas obras permitiram levantar, em França, uma importante barreira aos efeitos distorcivos do socialismo utópico. No domínio da actividade prática importa salientar também o número e a intensidade das lutas económicas e políticas conduzidas pelos trabalhadores. A revolta dos tecelões de Lião em 1831, assim como a dos trabalhadores parisienses em 1848 e, finalmente, a Comuna de Paris constituem etapas fundamentais neste período.

1.3.2 O segundo período a considerar no movimento operário começa com a derrota da Comuna, que constitui, certamente, o maior golpe sofrido, em França, por esse movimento, e termina com outra derrota assinalável: a sua incapacidade para se opor eficazmente à primeira guerra mundial, em cuja base se reconheciam os interesses contraditórios das classes dominantes de diferentes países, numa época em que o capitalismo europeu se encontrava já em plena fase imperialista.

A história do movimento operário oferece-nos, entre estas duas grandes derrotas, aspectos que se podem considerar decisivos para a compreensão das características e dos objectivos que o definem. Apontar-se-ão apenas alguns acontecimentos de significado mais relevante, tentando-se, ao mesmo tempo, um esboço de interpretação:

a) Com a revogação das leis que impediam a livre associação dos trabalhadores [13] e faziam da greve um delito, o poder gover-

---

[12] Seguindo o modelo francês das sociedades secretas, um grupo de alemães emigrados fundou em Paris a bem conhecida Société des Bannis, que em 1836 se começou a chamar Société des Justes. Os membros desta sociedade secreta, influenciados pelos escritos de MARX e ENGELS, transformaram-na numa organização de propaganda revolucionária, a que chamaram Ligue des Communistes, cujo programa de acção, estabelecido pelos referidos autores, veio a ser o célebre *Manifesto Comunista*.

Este pormenor não deixa de ter interesse, na medida em que permite verificar uma profunda ligação ideológica entre MARX e BABEUF. De facto, BABEUF produzira, talvez por intuição, o núcleo embrionário do que viria a transformar-se, mais tarde (e já em plena revolução industrial), na teoria da luta de classes.

[13] Note-se que a Lei Waldeck-Rousseau, de 1884, ao mesmo tempo que permitia a livre constituição dos sindicatos, *impunha, como contrapartida, que tivessem «unicamente por objectivo o estudo e a defesa dos interesses económicos, industriais, comerciais ou agrícolas» e que fossem entregues às autoridades locais os estatutos de cada sindicato, assim como os nomes dos administradores* (deveriam ser franceses e gozar dos direitos cívicos).

namental procurou *integrar* (institucionalizando-o) o movimento sindical. A lição da Comuna demonstrava, com efeito, os riscos dum movimento operário clandestino e de conflitos sociais *espontâneos,* impossíveis de prever e de controlar. A resposta dos trabalhadores a esta iniciativa governamental não foi unânime. Houve muitos que a rejeitaram, considerando-a uma intromissão inaceitável na vida interna do movimento; *além disso, as greves e os sindicatos são anteriores às leis que os legalizam e o poder destes, mesmo quando relacionado com a lei, depende, em última instância, da força do operariado.* No entanto, a maioria dos trabalhadores interpretaram esse acontecimento como inequívoca concessão do poder, em virtude de novo equilíbrio social favorável à classe operária.

A institucionalização dos sindicatos, se, por um lado, permitiu a livre organização da classe operária e a constituição, no Congresso de Limoges (1895), da C. G. T., primeira central nacional que reunia e coordenava todas as organizações sindicais do país, abrindo, assim, um *período de unidade sindical,* que se prolongaria por um quarto de século, por outro lado pode considerar-se também *o primeiro momento dum longo processo integrador, durante o qual os sindicatos se foram construindo, lentamente, como aparelhos cada vez mais aperfeiçoados, com tarefas administrativas cada vez mais diversificadas, com pessoal cada vez mais especializado (e, portanto, cada vez mais distante das massas trabalhadoras), com uma organização cada vez mais complexa, com um sistema de relações cada vez mais burocratizado e com interesses específicos que nem sempre coincidiam inteiramente com os da classe operária.*

b) A *solidariedade de classe* começa, pouco a pouco, a impor-se, substituindo-se à *solidariedade profissional,* de índole corporativista. Já em 1869 se iniciaram os primeiros passos nessa direcção, quando o operário Eugène Varlin [14] conseguiu organizar a Câmara Federal das Sociedades Operárias de Paris, mas foi sobretudo nos princípios deste século que se encarou em França, de maneira realista, *a necessidade de ultrapassar o sindicato profissional, implantando-se o sindicalismo de indústria.* Esta evolução acompanha, aliás, a evolução do próprio capitalismo. Com efeito, a constituição de oligopólios diminuía, por um lado, a concorrência patronal e aumentava, por outro lado (com o progresso técnico que a acumulação e a concentração de capitais haviam fomentado), a necessidade de trabalhadores não qualificados, destinados às tarefas parcelares, simplificadas e repetitivas duma indústria tecnicamente desenvolvida. O movimento sindical francês adaptou-se, por conseguinte, às novas condições de produção, retirando delas, numa perspectiva de lutas sociais, as conclusões que pareciam impor-se.

[14] É provável que VARLIN tenha sofrido uma certa influência marxista, através da Primeira Internacional, fundada em Londres cinco anos antes. Com efeito, a influência da Primeira Internacional nos trabalhadores franceses foi aumentando cada vez mais, atingindo o seu ponto máximo com a implantação da Comuna de Paris. VARLIN foi morto, aos 32 anos, na defesa da Comuna.

c) A unidade sindical a que já nos referimos não implica, evidentemente, a unidade do movimento operário, que apresenta formas variadas, no tempo e no espaço. Pode afirmar-se, ao contrário, que uma das principais características do movimento operário, em França, consiste na sua divisão e desarticulação.

Na Conferência de Londres, em 1871, a Primeira Internacional apontava já para a necessidade de se constituírem em cada país partidos operários com existência legal. Como noutros países da Europa (Alemanha, Áustria, Hungria, Espanha, Itália, Suíça, Bélgica, Noruega, Dinamarca, etc.), também em França se constituiu um partido operário denominado Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas. Nascido em 1879 do impulso criador de Jules Guesde, rapidamente se desmembrou, dando origem aos possibilistas, alemanistas (ambos os grupos de características acentuadamente reformistas) e blanquistas (de características revolucionárias). Só em 1905 se verificou a união dos socialistas, com a formação da Section Française de l'Internationale Ouvrière (S. F. I. O.).

Uma vez que sindicatos operários e partidos operários são formas diferentes de um mesmo movimento operário, poderia esperar-se, logicamente, uma adequada articulação dessas formas, com vista aos objectivos comuns. Essa articulação não se verificou em França, ao contrário do que aconteceu noutros países europeus. De facto, o sindicalismo francês tem-se caracterizado por uma acentuada autonomia, não só em relação às entidades patronais e ao Estado, *mas também em relação aos partidos políticos*. O desejo de preservar, a todo o custo, a sua autonomia permitiu que surgissem, entre sindicatos e partidos, divergências acentuadas, de carácter teórico e prático. Quanto aos aspectos teóricos, defendia-se, nos meios sindicais, que *o sindicato constituía a forma essencial* [15] *do movimento operário e a greve geral aparecia como a única maneira de realizar a revolução;* não se via, por conseguinte, grande interesse no agrupamento dos operários em partidos. Este *apolitismo* sindical, bem característico do movimento operário francês, teve a sua expressão mais célebre na conhecida *Charte d'Amiens* [16] (Outubro de 1906), que reafirma a total independência dos sindicatos [17] relativamente aos partidos políticos e se opõe à existência de relações com o Partido Socialista.

---

[15] Por seu lado, os que defendiam a constituição de partidos operários afirmavam que a luta contra o capitalismo seria sobretudo política; que o importante não era lutar contra um patrão, mas derrubar o regime que defende e apoia todos os patrões; e que, por conseguinte, o partido seria, no movimento operário, mais importante que os sindicatos.

[16] A *Carta de Amiens* traduz a vitória da corrente anarco-sindicalista. Opondo-se os anarquistas ao trabalho parlamentar e à luta por uma legislação social adequada (opunham-se a uma actividade *legal*), optaram pela sua adesão aos sindicatos por um motivo duplo: primeiro, porque a *teoria* da greve geral revolucionária lhes parecia muito aceitável; segundo, porque, diluídos no meio sindical, mais facilmente escapariam à repressão e aumentavam as possibilidades de recrutamento.

[17] Note-se que neste documento se não afirma nem dá a entender que os trabalhadores devem reduzir a sua luta às reivindicações de carácter imediato. Nele se afirma, ao contrário, que essa luta se deve realizar a dois níveis

d) A *teoria* da *greve geral revolucionária* teve grande aceitação nesta época, mas na primeira guerra mundial revelou-se como um dos grandes mitos sindicais. Com efeito, até ao início das hostilidades, tanto os sindicatos franceses como os sindicatos alemães ameaçaram os respectivos governos, dizendo que *a uma declaração de guerra se seguiria, inelutavelmente, uma declaração de greve geral,* pois *a classe operária havia decidido não se deixar matar* ao serviço dos interesses das classes dominantes. No entanto, uma vez declarada a guerra, os dirigentes sindicais emudeceram, aceitando os factos consumados e colaborando, até, em várias organizações de iniciativa governamental. O caso de Léon Jouhaux constitui um exemplo apropriado: de tendências anarquistas, filho dum operário que lutou na Comuna de Paris, secretário-geral da C. G. T. desde 1909 até 1947 (data da cisão que deu origem à C. G. T. — F. O.) e da C. G. T. — F. O. até à morte (em 1954), Jouhaux inicia logo no princípio da guerra a sua *política de presença* (ou *de colaboração?*), que conduziu à participação de numerosos militantes sindicais em *comités* de defesa e à sua participação pessoal no Socorro Nacional (ao lado do prefeito da Polícia e de Charles Maurras), aceitando mesmo o título de *comissário da nação.* Jouhaux tornou-se, a partir de então, um dos exemplos mais representativos do reformismo sindical francês.

e) É certo que os *anarquistas* [18] exerceram, durante todo o período, *notável predomínio* nas organizações sindicais; mas outros grupos fizeram sentir também a sua poderosa influência, sendo de salientar, entre outros: os *guesdistas,* que pretendiam estabelecer uma certa coordenação entre os sindicatos e o Partido Socialista; e os *reformistas,* que tentavam reduzir os objectivos da luta operária a uma evolução social progressiva, baseada em reformas que não pusessem em risco a *paz social.*

1.3.3 O terceiro período do movimento operário francês estende-se por meio século, desde a primeira guerra mundial até à *revolução* falhada de 1968. Trata-se dum período fortemente perturbado por duas guerras mundiais, duas guerras coloniais (Indochina e Argélia) e duas greves de características revolucionárias (1936 e 1968); apenas se pretende extrair da multiplicidade e complexidade dos acontecimentos as linhas básicas que presidiram à evolução do movimento sindical, sempre com o objectivo de encontrar uma explicação para a profunda ambiguidade que tem caracterizado as relações sindicatos/imigrantes.

---

diferentes, impondo, por um lado, reformas imediatas (redução das horas de trabalho, melhoria de condições higiénicas, aumento de salários, etc.), sem perder de vista, por outro lado, que o objectivo final dessa luta consiste na emancipação integral do operariado, com a abolição do salariato e do sistema patronal.

[18] Os anarquistas, que exercem ainda hoje uma relativa influência no sindicalismo francês, apontavam a greve geral como *o último meio revolucionário,* afirmando que a luta armada não só se havia tornado inteiramente inviável, dada a força bruta das organizações militares que apoiam as classes dominantes, mas também constituía, para estas, o pretexto que lhes permitiria esmagar de novo os elementos mais dinâmicos do movimento operário.

Deste modo, apontar-se-ão somente os factos que, durante este longo período, merecem maior realce, pelas incidências que produziram nas organizações e nas actividades sindicais.

1.3.3.1 A *pluralidade sindical* é um elemento novo que veio aumentar ainda mais a divisão e a confusão dos trabalhadores, com importantes reflexos negativos no campo da luta de classes. Se, por um lado, a unidade da classe operária parecia implicar, a nível sindical, uma confederação única, por outro lado, a falta de homogeneidade dessa mesma classe teve como consequência directa o aparecimento de distintas organizações sindicais, com princípios e objectivos diferentes e, por vezes, opostos.

a) Primeiramente surgiu a Confédération Française des Travailleurs Chrétiens (C. F. T. C.), que se fundamenta na doutrina social da Igreja e, portanto, na *paz social,* na colaboração fraterna entre os operários e as entidades patronais. Esta Confederação recrutava os seus elementos sobretudo entre os empregados e funcionários (classes médias), incluindo ainda muitos militantes do sexo feminino, facto que constituiu, nessa época, uma relativa originalidade. A C. F. T. C. pretendia, com a sua acção, provocar uma reforma da empresa *(sem alteração das estruturas)* e uma repartição mais equitativa dos lucros, de modo que *os ricos fossem menos ricos para que os pobres fossem menos pobres.*

A C. F. T. C. sofreu, porém, uma evolução profunda, que seria difícil prever. A sua influência no meio operário foi pouco relevante antes da segunda guerra mundial, não podendo salientar-se a sua acção, nem mesmo durante as greves de 1936 [19]. Parece-nos que o ambiente *revolucionário* destas greves e, sobretudo, o contacto que, durante a Resistência, muitos dos seus militantes tiveram com membros da C. G. T. estão na base dessa evolução. Militantes da J. O. C. e padres operários alimentaram e impulsionaram também o processo de fermentação, que teve como momento de maior relevo o congresso extraordinário de 1964, em que, por uma maioria de 70 % de votos, a C. F. T. C. decidiu abolir toda a referência religiosa, alterando a própria denominação e tornando-se na Confédération Française Démocratique du Travail (C. F. D. T.). Uma minoria de cerca de 10 % decidiu uma cisão, mantendo o antigo nome e os antigos estatutos; mas a sua importância e influência na solução dos problemas operários têm sido pouco visíveis, ao contrário do que acontece com a C. F. D. T., cuja evolução a tem conduzido a posições mais radicais do que as da própria C. G. T., como se verá mais adiante.

b) Em 1921 deu-se na C. G. T. a primeira cisão, que foi originar o aparecimento da Confédération Générale du Travail Unitaire (C. G. T. U.), onde se congregaram principalmente comunistas e anarquistas, unidos, pelo menos, na sua oposição ao capitalismo. Com efeito, a C. G. T. de Jouhaux havia-se transformado numa organização de carácter predominantemente refor-

[19] Aliás, a C. F. T. C. nem sequer foi admitida nas negociações que resultaram nos Acordos de Matignon (7-6-1936), ao contrário do que sucedeu com a C. G. T. e a C. G. T. U.

mista, cujos responsáveis não escondiam a nostalgia dos contactos e da colaboração que, durante a guerra, ofereceram às entidades governamentais, nos quadros duma *política sindical de defesa*. Esta *política sindical de defesa* viria a transformar-se, após a guerra, numa *política sindical de presença,* que se traduziu, como é óbvio, numa *política de colaboração* mais ou menos camuflada. Mas esta nova orientação não podia ser seguida sem graves conflitos internos, tanto mais que se vivia em plena febre revolucionária. Com efeito, esperava-se, ao terminar a guerra, que surgisse, finalmente, uma *nova era* de justiça social; além disso, depois da vitória do movimento operário na Rússia Soviética, uma vaga revolucionária havia invadido quase todas as nações da Europa ocidental [20]. Os dirigentes da C. G. T., ao verem reforçar-se a influência dos defensores dum certo sindicalismo revolucionário (comunistas e anarco-sindicalistas), que exigiam da confederação sindical algo mais do que greves de carácter económico, decidiram preparar a cisão. E, assim, em 1921, os sindicalistas revolucionários [21], agora em minoria, viram-se forçados a constituir uma nova organização sindical, a Confédération Générale du Travail Unitaire (C. G. T. U.).

A nova Confederação, onde predominavam os jovens, *mostrou-se abertamente contrária às práticas reformistas e ao sindicalismo de colaboração*. Mostrou, além disso, duas preocupações essenciais: a primeira consistia em organizar os trabalhadores não qualificados e não sindicalizados (os serventes e os O. S.), que constituíam, afinal, a nova massa proletarizada, opondo-os à *aristocracia operária* da C. G. T.; a segunda tinha como característica a intenção de permanecer bem *colada* às *massas trabalhadoras,* com vista à sua politização e à radicalização das lutas sociais.

A C. G. T. U. representava, por conseguinte, o *sindicalismo revolucionário,* nesta fase da história do movimento sindical. Mas muito cedo um problema grave surgiu entre comunistas e anarco-sindicalistas. Se ambas as tendências concordavam na oposição total ao capitalismo e, por conseguinte, ao sindicalismo reformista de Jouhaux e seus amigos, os anarco-sindicalistas não haviam esquecido os princípios da *Carta de Amiens* e não aceitavam, por conseguinte (ao contrário dos comunistas), que o sindicato se tornasse numa espécie de *escola primária do comunismo*. Os incidentes não podiam deixar de surgir e numerosos anarco-sindicalistas, no desejo de preservar a total independência dos sindicatos em relação aos partidos, preferiram, apesar de tudo, colaborar com os reformistas e regressar à C. G. T. O conhecido Monatte foi um deles.

Mas, ao mesmo tempo que a C. G. T. U. iniciava os primeiros passos, a C. G. T. sofria profundas modificações. A primeira refere-se à composição da sua base, que, se antes da guerra se

[20] Em França houve mesmo graves desordens, de que são exemplo as que se desenrolaram em 1919, nas vésperas do 1.º de Maio.

[21] Ao falar, neste texto, em *sindicalistas revolucionários,* pretendemos incluir, indistintamente, sob esta designação todos os militantes sindicais que afirmaram pretender uma *reforma das estruturas da sociedade,* quer por meio da *greve geral,* quer por meio da acção revolucionária.

podia dizer *especificamente operária*, contava agora com mais de 50 % de aderentes ligados ao sector público (funcionários públicos, empregados dos Correios, professores, etc.). A segunda consiste numa política aberta de *colaboração* nos mais diferentes níveis. *Os dirigentes da C. G. T. fundamentavam a sua decisão na incapacidade dos membros da classe operária para tomarem conta do poder*, se circunstâncias favoráveis lhes permitissem a sua apropriação [22]. Não bastaria, para isso, a preparação adquirida nas práticas de luta social, julgando-se necessário que membros dessa classe tomassem parte em numerosos *comités* e se fossem, assim, habituando a conhecer e a dominar melhor os problemas da gestão. É deste desejo que surgirão, mais tarde, os «*comités*» *de empresa* e os *delegados de pessoal*. Assim se formariam, lentamente, os quadros indispensáveis à revolução futura. Nesse sentido importaria também, pelas mesmas razões, *cultivar* a classe operária. Foi para isso que se criaram, em Paris, o Instituto Superior Operário (estabelecimento de ensino universitário destinado aos trabalhadores) e, na província, os Colégios do Trabalho (estabelecimentos destinados a ministrar aos operários um ensino secundário adequado). Nestas instituições se viriam a preparar os quadros sindicais necessários para as variadas comissões, ao nível patronal e governamental [23], *nos termos da política de presença adoptada pela C. G. T.*

c) A vitória da Frente Popular e a greve geral de 1936 conduziram à união da C. G. T. e da C. G. T. U., por vontade manifesta da última. A cisão, em 1921, havia sido, como se disse, mais provocada por Jouhaux e seus amigos do que desejada pelos *unitários*. Agora, com o clima emocional próprio da conjuntura e das violentas lutas sociais que se acabavam de travar, a *mística* da unidade sindical invadira todos os grupos e não parecia fácil evitar a reunião entre as duas confederações signatárias dos Acordos de Matignon. No sentido de impor uma evolução susceptível de conduzir à desejada reunificação, a C. G. T. U. favoreceu intensamente a criação de sindicatos únicos ao nível da base.

A reconstituição da unidade orgânica do sindicalismo não confessional veio a verificar-se em 1936. Como os comunistas haviam saído fortalecidos das greves do mesmo ano, os *ex-unitários* constituíram em breve o grupo dominante dentro da C. G. T., tanto mais que a Confederação foi *invadida* por alguns milhões de operários após a greve geral (a C. G. T. passou de 1 000 000 para 5 000 000 de aderentes). Mas, em resultado de lutas internas entre *sindicalistas revolucionários* e sindicalistas reformistas (estes agrupados à volta de Jouhaux, de Belin e da revista *Syndicats*) e duma política renovada de colaboração, o número de aderentes

---

[22] No Congresso de Lião de 1919, MONATTE colocou o dedo na ferida ao gritar para o secretário-geral da C. G. T., Léon JOUHAUX: «[...] *falta-vos o essencial: a fé na classe operária e no seu destino.*»

[23] A C. G. T. estabeleceu então relações com vários partidos e governos de França, fazendo parte, nomeadamente, do Conselho Económico desde 1925, ano em que foi criado pelo Governo. E o próprio JOUHAUX colaborou intensamente no Bureau International du Travail.

e militantes baixou rapidamente, até atingir o nível anterior às greves.

d) Passadas as graves dificuldades da Resistência, vieram, quase a seguir, as da *guerra fria*. O sindicalismo americano, que favoreceu por toda a parte a política de *expansão* e dominação posta em prática pelos Estados Unidos, envolveu-se numa campanha mundial de carácter violentamente anticomunista, que se concretizou, ao nível europeu, no total apoio ao Plano Marshall, assim como à formação de *sindicatos livres*. Como a C. G. T., onde predominavam então os comunistas, se opôs frontalmente ao referido Plano, o grupo reformista, agrupado, em parte, à volta do jornal *Force Ouvrière*, renovou as hostilidades, acabando por provocar, em 1947-48, nova cisão. Mas, como, desta vez, o grupo mais numeroso era constituído pelos comunistas (à frente dos quais se encontravam homens como Benoît Frachon, Racamond e outros *ex-unitários*), pertenceu aos reformistas (apenas uma parte), comandados por Jouhaux, abandonar agora a velha C. G. T., fundando uma nova confederação, a que deram o nome de Confédération Générale du Travail-Force Ouvrière (C. G. T.-F. O.). É conhecida por Force Ouvrière e tem-se caracterizado sempre pelas suas perspectivas reformistas e pelo seu anticomunismo.

1.3.3.2 *A ideologia sindical em França apresenta-se, portanto, neste período, como fundamentalmente reformista.* Com efeito, o *sindicalismo revolucionário* está representado apenas pela C. G. T. U. até às greves de 1936. E, se as consequências destas greves e do regresso dos *ex-unitários* à C. G. T. provocaram, no seio desta, um novo equilíbrio de forças, as relativas vantagens adquiridas pelo *sindicalismo revolucionário* não se prolongaram no tempo, *devido, sobretudo, a uma prática sindical cada vez mais distanciada das massas trabalhadoras e à nova política de coexistência pacífica imposta pela U. R. S. S.*

Esta ideologia reformista conduziu a uma integração gradual dos sindicatos, transformando-os, lenta e imperceptivelmente, em verdadeiros aparelhos de estado, que, precisando embora de manter ainda um certo discurso revolucionário (em termos cada vez mais abstractos e alheados da realidade social), *conduziram, na prática, à manutenção da ordem e da estabilidade social.*

Com efeito, sempre que a *paz social* se viu gravemente ameaçada, os sindicatos operários chamaram a si a responsabilidade de a proteger ou de a restabelecer:

a) A febre revolucionária que surgiu em França após a primeira guerra mundial deu origem a uma vaga de greves que o aparelho sindical despoletou.

b) Durante a Resistência, o papel relevante assumido pelo Partido Comunista e pelos sindicatos operários permitiu a muitos trabalhadores alimentar a ilusão de que o fim da guerra implicaria, necessariamente, uma remodelação total das estruturas sociais em França, até porque muitas das entidades patronais se encontravam gravemente comprometidas, quer com as forças alemãs invasoras, quer com o Governo de Pétain. *Mas o Partido Comunista Francês e os sindicatos operários evitaram cuidadosa-*

mente provocar ou alimentar reivindicações populares incompatíveis com o perfeito funcionamento do sistema capitalista.

c) Esta atitude básica dos sindicatos operários adquiriu *notória visibilidade* nos períodos de grave perturbação social, de que são exemplo característico as greves gerais acontecidas em 1936 e 1968. Tanto num caso como no outro se verificaram coincidências que dificilmente se poderão considerar aleatórias. *De facto, tanto em 1936 como em 1968: a iniciativa das greves não pertenceu aos sindicatos, mas às massas trabalhadoras; uma situação objectivamente revolucionária foi gradualmente transformada num conflito de natureza económica; os sindicatos acabaram por aderir às greves, mas com a finalidade oculta de as dirigir e controlar, canalizando assim para objectivos económicos aspirações que ultrapassavam tais objectivos.*

No desenrolar deste longo período, os sindicatos operários demonstraram, de diferentes maneiras e em circunstâncias muito variadas, que não confiavam no poder transformador e criador da acção espontânea das massas, que não julgavam a classe operária, em França, preparada para assumir, como lhe competia, o seu papel de motor da história e que, por conseguinte, o conceito de reforma se impunha, necessariamente, ao de revolução. E, embora teoricamente se continuassem a manter os princípios revolucionários da Carta de Amiens, *a prática sindical foi, regra geral, uma prática reformista.*

1.3.3.3 Se o fenómeno imigratório apresenta em França tradições que remontam além do século XIX, a verdade é que se revestiu de particular significado a partir da primeira guerra mundial [24]. Como consequência da necessidade de mão-de-obra e também de necessidades específicas de povoamento [25], causadas por baixas taxas de natalidade e pelos efeitos demolidores da primeira guerra mundial na população francesa (1 325 000 mortos ou desaparecidos e cerca de um milhão de inválidos), adoptou-se em França uma política de imigração em massa, que não podia deixar de pôr problemas novos às organizações sindicais. Estes problemas tornaram-se particularmente agudos no período compreendido entre a primeira guerra mundial e a regressão económica de 1929-30, assim como depois da segunda guerra mundial.

---

[24] A primeira guerra mundial aumentou as necessidades de mão-de-obra, mas, como não era possível, por causa das hostilidades, recrutar trabalhadores europeus, o estado tomou a iniciativa de introduzir em França trabalhadores africanos, indochineses, etc., por intermédio do ministro do Exército, que se havia substituído, assim, à iniciativa patronal. Terminada a guerra, e como a mão-de-obra parecia tornar-se uma mercadoria relativamente rara, o estado francês decidiu colaborar com as entidades patronais no sentido de fomentar o seu recrutamento. Assim, foram introduzidos em França, logo nos primeiros anos do após-guerra, numerosos trabalhadores da Europa central (Polónia, Checoslováquia, etc.).

[25] Entre 1871 e 1911, a população francesa apenas aumentou 9,7 %, enquanto no mesmo período aumentou 78,2 % na Rússia, 57,8 % no Império Alemão, 42,8 % no Reino Unido, 29,5 % na Itália, etc. A população francesa utiliza métodos contraceptivos há mais de dois séculos: em 1911, por exemplo, metade das famílias francesas não tinham mais de dois filhos.

Não se repetirá aqui o que já se afirmou atrás acerca das atitudes dos organismos sindicais relativamente à imigração. Apenas se deseja salientar que neste período se puseram aos referidos organismos problemas novos, que não obtiveram, por enquanto, uma resposta adequada.

O sindicalismo de profissão já teve graves dificuldades em ultrapassar uma perspectiva corporativista, dando lugar ao sindicalismo de indústria. Foi nos princípios deste século que o progresso do capitalismo provocou nas organizações sindicais francesas tão significativa transformação.

O fenómeno da imigração em massa de mão-de-obra, motivado por necessidades estruturais da economia dos países capitalistas altamente industrializados, obriga a que se ultrapassem agora perspectivas nacionalistas, como se ultrapassaram, no passado, certas perspectivas corporativistas. Se esta nova transformação agora exigida se não verificar, não parece que as organizações sindicais francesas possam vir a ser consideradas senão como simples associações de trabalhadores. Com efeito, *se era possível manter uma certa ambiguidade sindical enquanto o fenómeno imigratório correspondia apenas a flutuações conjunturais, tudo leva a crer que, num período de expansão capitalista, em que a imigração se tornou, para certos países, um fenómeno de natureza estrutural, já não será fácil manter e esconder por muito tempo essa ambiguidade.*

Os sindicatos franceses têm procurado iludir o problema, na medida em que, *se o formalizam ao nível teórico, o continuam a ignorar ao nível prático,* acabando mesmo por esquecer o papel de relevo desempenhado por trabalhadores estrangeiros na história do movimento operário francês. Recorde-se o carácter *internacionalista* da Comuna de Paris, que escolheu um polaco (Dombrowski) para chefe militar e um trabalhador húngaro (Léo Frankel) para ministro do Trabalho; e recorde-se também que entre os milhares de mortos abatidos pela violência da repressão se contavam muitas centenas de imigrantes estrangeiros (polacos, húngaros, italianos, espanhóis, belgas, russos, etc.) que se sentiam solidários, na luta e na morte, com os trabalhadores franceses. *Recorde-se ainda que as greves gerais de 1936 e 1968 não teriam sido possíveis sem a participação e a solidariedade dos imigrantes.*

1.3.4 Resta, finalmente, abordar o último período do movimento operário francês, que se inicia com a *revolução* falhada de Maio/Junho de 1968. Muito pouco se pode dizer dele, na medida em que nos encontramos ainda no seu princípio; limitar-me-ei, portanto, a fazer uma leitura de certos acontecimentos considerados significativos na perspectiva que se vem seguindo.

a) Em Maio/Junho de 1968 afirmou-se de novo o reformismo da C. G. T., que se apresentou claramente *como o sindicato da ordem,* preocupada sobretudo *com a canalização do movimento revolucionário e com a sua redução a dimensões económicas, susceptíveis de serem aceites na mesa das negociações.* Apanhada de surpresa pela generalização das greves e pela natureza de certas reivindicações, a C. G. T. procurou, antes de mais: evitar todo o

contacto entre os jovens trabalhadores e os estudantes contestatários [26]; impedir, na medida do possível, a ocupação dos locais de trabalho e o sequestro das entidades patronais; anular as perspectivas *revolucionárias* [27], a título de recusa do *aventureirismo;* impor os Acordos de Grenelle (nos quais se não mencionaram sequer os interesses específicos dos imigrantes), que faziam prevalever as reivindicações de carácter económico, relacionadas com o poder de compra dos assalariados, quando numerosos trabalhadores pensavam que *se podia ter ido muito mais longe.*

Acrescente-se, no entanto, que nem sempre os sindicatos seguiram integralmente as directivas da Confederação *e que se manifestou entre militantes antigos e militantes jovens um movimento de rotura que importa assinalar.* De facto, enquanto nos militantes mais antigos se mantinham e mantêm as velhas preocupações ligadas ao *poder de compra,* à necessidade de total enquadramento dos comportamentos operários colectivos, ao culto da hierarquia (manifestado, inclusivamente, na defesa da diferença de salários por níveis de qualificação), etc., surgiu nos militantes jovens um impulso que os leva a atropelar, na prática sindical, muitas das normas tradicionais e a tentar ultrapassar a barreira das reivindicações económicas.

Depois dos acontecimentos de Maio, a C. G. T. permaneceu nos estreitos limites que lhe são impostos pelas suas perspectivas eleitoralistas e pela ambiguidade fundamental que resulta da oposição entre uma teoria revolucionária continuamente afirmada e uma prática sindical manifestamente reformista. No entanto, para não ser ultrapassada nem pelos *esquerdistas* revolucionários, nem por uma C. F. D. T. que parece ter compreendido melhor a lição de *Maio,* a C. G. T. mostra-se agora mais atenta, não só aos problemas dos imigrantes, mas também às mudanças que se vão operando nas *massas trabalhadoras.* A recusa dos *acordos de progresso,* propostos aos sindicatos por Chaban-Delmas em 1969 (e assinados, aliás, pela C. F. D. T.), assim como a consulta à base (referendo) que nessa ocasião decidiu, induzem-nos a pensar que a C. G. T., pelas razões atrás enunciadas, *é compelida a radicalizar algumas posições, até porque pretende manter-se à frente da contestação operária.*

Mas tudo leva a crer que essa nova atitude resulta duma estratégia diferente, motivada apenas por razões de conjuntura. E, sendo assim, não será de se lhe atribuir especial significado, tanto mais que se nota, a outro nível, um movimento que tem como objectivo atrair os quadros da classe média, em vias de proletarização, facto que não deixará de ter profundas repercussões no

---

[26] As reuniões que haviam sido previstas por ocasião do festival da juventude, no princípio de Maio, foram, por esse motivo, imediatamente suprimidas.

[27] A C. G. T. rejeitou sempre, nestas greves, qualquer dimensão ou perspectiva revolucionária, declarando, nomeadamente, após De Gaulle haver dissolvido o Parlamento, que «não pretende contrariar em nada o desenrolar da consulta eleitoral *e que o interesse dos trabalhadores está em poder exprimir, no quadro das eleições, a sua vontade de mudança* [...]».

sindicalismo francês, tal como aconteceu com o sindicalismo americano e sueco.

b) Não se pode dizer da C. F. D. T. que não correu riscos nem assumiu pesadas responsabilidades durante os *acontecimentos* de Maio. Uma rápida análise da acção desenvolvida durante e após esse período de contestação *revolucionária* levou-me à convicção de que a C. F. D. T. até pretendeu (e continua a pretender), na sua prática sindical, jogar abertamente a carta do socialismo.

A rotura de 1964 permitiu à C. F. D. T. sacudir tradições e práticas que tolhiam e deformavam as perspectivas e as práticas sindicais. Transformou-se numa confederação jovem, à procura duma nova base teórica que fundamentasse e desse novo impulso a uma prática sindical adequada. Os *acontecimentos* de Maio devem ter permitido à C. F. D. T. não só inflectir para a esquerda a linha orientadora da sua estratégia, mas também adquirir um certo amadurecimento e uma perspectiva mais correcta do sentido histórico do movimento operário em França.

Seja, porém, como for, a verdade é que a C. F. D. T. conseguiu não só entender e simbolizar determinado entusiasmo revolucionário, obtendo até a adesão de numerosos militantes do P. S. U., assim como da Liga Comunista de Alain Krivine, mas também (e isto parece mais significativo) *constituir-se, de facto, numa confederação sindical de pesquisa, atenta aos movimentos da base e à natureza das insatisfações reveladas. Esta atitude de abertura e de pesquisa, se não implica o imediato desaparecimento das ambiguidades e contradições* (recorde-se que a C. F. D. T. assinou o célebre *contrato de progresso* com a E. D. F., a que já se fez referência), *implica, no entanto, uma forte predisposição para retirar dos factos a lição neles contida e uma preocupação correcta de testar continuamente, na prática sindical, a coerência interna dos princípios teóricos (e sua articulação) em que essa prática se fundamenta.* Neste sentido, a C. F. D. T., embora sem dispor ainda do rigor teórico da C. G. T., vai descobrindo progressivamente novas linhas de acção; assim, por exemplo, não deixou de pôr em causa a sua participação nas comissões horizontais e verticais do plano, acabando por se retirar delas, e apoiou quanto pôde a recente revolta dos operários da LIP, que enveredavam pela autogestão.

O resultado teórico dos esforços realizados pela C. F. D. T. (à procura duma identificação), com base na análise da *revolução* de Maio e da prática sindical dos anos que imediatamente se lhe seguiram [28], pode resumir-se no conceito de socialismo democrático, conceito que implica, necessariamente, os de propriedade social dos meios de produção, planificação democrática e autogestão das empresas.

A nova orientação da C. F. D. T. parece significar, por conseguinte, uma relativa radicalização das suas posições fundamentais e, simultaneamente, *um primeiro movimento de repúdio de certas*

[28] Ao novo secretário-geral da C. F. D. T., Edmond MAIRE, deve atribuir-se, em parte, o impulso que tem tornado possível esta viragem.

práticas de carácter reformista. Mas só o tempo tornará possível o conhecimento do significado exacto desta transformação.

c) *Maio de 1968 fez aparecer, com maior nitidez que nunca, os sindicatos operários franceses como instituições de «contrôle» e de canalização das aspirações e reivindicações dos trabalhadores.* Com efeito, nem sequer durante as célebres greves de 1936 se havia revelado com tal força a iniciativa espontânea das massas, que, libertas dos partidos e dos sindicatos, conseguiram transformar-se, repentinamente, em perigosas forças revolucionárias. *A força dos inorganizados, dos jovens com menos de 25 anos, dos trabalhadores imigrantes, etc., afirmou-se, na revolução de Maio, perfeitamente capaz duma atitude revolucionária, à margem dos sindicatos e, se necessário, contra eles.*

É certo que as *greves selvagens* não são de *Maio de 1968;* mas adquiriram em *Maio de 1968* um significado novo (no que se refere, sobretudo, à sua capacidade revolucionária) e *colocaram os sindicatos perante o dilema preocupante dum retorno à pureza primitiva, anterior ao seu processo de integração, ou duma separação cada vez mais acentuada entre as massas trabalhadoras e as camadas dirigentes das organizações sindicais.*

O que parece, aliás, mais significativo é o facto de, após os *acontecimentos de Maio,* o *poder dos inorganizados* não só nada haver perdido do seu vigor, mas ter ainda conseguido afirmar-se, progressivamente, *como factor novo, a representar a maior força que, na conjuntura actual, se opõe ao reformismo.* Este fenómeno social não pode deixar de trazer graves preocupações tanto às entidades patronais (que precisam de sindicatos fortes e representativos), como às organizações sindicais, *demasiadamente habituadas às tentações do poder* para se resignarem facilmente às consequências práticas duma perspectiva revolucionária isenta de ambiguidades.

As *greves selvagens* têm-se estendido, nos últimos anos, aos mais variados sectores de actividade e aos mais diferentes países (Suécia, Alemanha, França, Polónia, etc.). Se, por um lado, constituem uma espécie de reprodução das primeiras lutas operárias, único meio de defesa dum proletariado ainda não organizado, podem significar, por outro lado, não só o repúdio de formas sindicais integradas, mas também o iniciar de uma nova etapa (cujo alcance não é possível ainda prever) no processo de desenvolvimento do movimento operário. Seja como for, porém, as *greves selvagens* manifestaram já, de maneira bem clara, o alto nível de combatividade das massas trabalhadoras e conseguiram até, embora episodicamente, unir a classe operária (incluindo os imigrantes); *isso pode conduzir a uma hipótese segundo a qual, nas formações sociais em que o modo de produção capitalista atingiu determinada fase da sua evolução, o movimento operário só poderá prosseguir o seu desenvolvimento na medida em que se libertar do domínio e do «contrôle» das organizações sindicais integradas e tradicionalistas.*

2. *O movimento sindical aparece, portanto, ao longo do processo de desenvolvimento do movimento operário francês, como*

uma das formas (e não a única forma) assumidas historicamente por esse movimento. Sociedades de socorros mútuos, sociedades de resistência, sociedades secretas, partidos operários, são outras tantas formas de organização e acção da classe operária e não parece correcto perguntar qual delas representa, mais do que as outras, o próprio movimento operário. Como se pode concluir da sua evolução histórica, cada uma dessas formas já representou, de maneira relevante, o movimento operário, quer em diferentes fases do desenvolvimento da economia de mercado, quer em diferentes níveis da formação social francesa. As sociedades de socorros mútuos e as sociedades de resistência constituíram, em França, as únicas formas de organização da classe operária nos primeiros tempos da implantação do modo de produção capitalista. As sociedades secretas referem-se já, historicamente, a uma fase de maior desenvolvimento do referido modo de produção, embora não impliquem ainda a sua dominância específica (relativamente a outros modos de produção) na sociedade francesa. Quanto aos sindicatos e aos partidos operários, o problema reveste-se de maior complexidade; actuando, em princípio, a níveis muito diferentes da formação social francesa, poderia pensar-se que da correcta articulação destas duas formas de organização surgiria, tarde ou cedo, um movimento operário poderoso, de cuja acção resultasse, não só o desaparecimento progressivo de algumas das condições de vida e de trabalho que as actuais relações de produção impõem à classe operária, mas também (e principalmente) o desaparecimento dessas relações de produção e, portanto, a abolição do salariato e a total transformação das estruturas sociais. Mas já passou cerca de um século desde o aparecimento dos sindicatos e dos partidos operários, e nada faz prever ainda o desaparecimento do capitalismo em França.

Poderão apontar-se algumas das razões, quer extrínsecas, quer intrínsecas, que parecem estar na origem da relativa ineficácia do movimento operário nesse país. São de salientar, entre as primeiras, a evolução sofrida pelo capitalismo nacional e internacional, a revolução soviética de 1917, a implantação do fascismo em vários países europeus, as duas guerras mundiais, as guerras da Indochina e da Argélia, etc. Entre as segundas, as que tiveram mais graves consequências são, a nosso ver, as seguintes:

a) A não articulação entre as diferentes formas do movimento operário, nomeadamente entre partidos operários e sindicatos. A Lei Waldeck-Rousseau, que em 1884 institucionaliza os sindicatos operários, está na origem desta separação, na medida em que lhes impõe, como contrapartida da sua legalização, uma área de actividades limitada às questões de natureza económica e profissional. Esta separação abstracta e arbitrária entre os níveis do económico e do político, confirmada, mais tarde, pela *Charte d'Amiens,* que constitui uma segunda base institucional do sindicalismo francês não confessional, pode considerar-se, não só uma das características do movimento operário francês, mas também uma das causas mais relevantes do seu enfraquecimento.

b) *O pluralismo sindical.* Como se viu, a unidade sindical quebrou-se logo a seguir à primeira guerra mundial, constituindo-se, a partir de então, várias confederações que apresentavam diferenças fundamentais, quer ao nível dos objectivos a atingir, quer ao nível dos meios de acção a utilizar. Na origem desta proliferação sindical encontram-se, naturalmente, ideologias muito diferentes, desde as que proclamam abertamente a colaboração de classes, até às que se fundamentam na luta de classes, em ordem à revolução social.

c) *A influência da ideologia dominante nas organizações operárias.* As classes dominantes possuem meios poderosíssimos para impor a extensão da ideologia dominante às próprias classes dominadas. Com efeito, além dos meios de comunicação de massa, dispõem dos chamados *aparelhos ideológicos de estado* (A. I. E.), repressivos e não repressivos. Entre estes últimos são de salientar, principalmente, o aparelho político, a escola, a família, a Igreja [29]. A utilização dos A. I. E. e dos meios de comunicação de massa pelas classes dominantes provocou em França uma forte pressão ideológica, que teve como principal consequência uma certa integração das classes trabalhadoras e das suas organizações no sistema social estabelecido.

d) *A burocracia, como modelo de organização e de funcionamento, nas instituições operárias.* Trata-se dum modelo de organização das relações a estabelecer entre os sindicalizados e que se caracteriza por uma autoridade hierarquizada e centralizada, um ritual próprio, normas específicas de comportamento e de acção. Este modelo de organização, que, na maioria dos casos, se mantém praticamente inalterável desde o aparecimento das referidas instituições, deu origem a um conflito crescente entre os elementos de *base* e os respectivos dirigentes, entre a *política* destes e as necessidades e aspirações da massa trabalhadora.

Todas estas razões nos ajudam a compreender como os sindicatos franceses, que já constituíram no passado uma poderosa força no interior do movimento operário, acabaram por desiludir muitos dos que viam neles a *alavanca potente da classe operária,* na sua luta pela transformação das estruturas sociais.

III

CONCLUSÃO

1. O problema que me tem ocupado, ao longo deste e do anterior artigo, ou seja, o problema das relações entre os imigrantes portugueses e as organizações sindicais na Região de Paris, pode ser agora devidamente equacionado, uma vez que já se dispõe dos elementos necessários.

Verificou-se que os imigrantes portugueses, apesar de fazerem *objectivamente* parte da classe operária (juntamente com os tra-

[29] Em certos casos, como adiante se verá, os próprios sindicatos podem ser considerados como A. I. E. de grande importância.

balhadores franceses), em virtude da posição que ocupam, como trabalhadores produtivos, no processo de produção, manifestam atitudes de relativa indiferença e de quase completo afastamento em relação aos sindicatos franceses. Entre as razões que poderiam estar na origem de semelhantes atitudes, analisaram-se as que se referem à quase total ausência de consciência de classe e às condições de vida e de trabalho, quer no país de origem, quer na própria França.

Apontaram-se, no primeiro caso, a origem rural e consequente individualismo da maioria dos imigrantes, a falta duma correcta experiência sindical, a influência do factor religioso de carácter tradicionalista, o predomínio geral das motivações puramente económicas, as diferenças de natureza cultural (nomeadamente no que se refere à língua e à educação de base), etc. No segundo caso salientaram-se a falta dum acolhimento adequado e um vasto conjunto de medidas discriminatórias que conferem aos imigrantes um estatuto político-social de reconhecida inferioridade, relativamente aos trabalhadores nacionais, e que se traduz numa rigorosa segregação da mão-de-obra estrangeira, aos mais variados níveis. O estado de completa insegurança que provoca, no imigrante português, uma tal situação de facto agrava-se ainda mais com as medidas repressivas que as autoridades patronais e governamentais prodigalizam com relativa arbitrariedade, assim como com a inteligente manipulação do racismo, por parte das classes dominantes, como mecanismo eficaz de exploração/dominação.

Tudo se conjuga, por conseguinte, para que os imigrantes portugueses, na Região de Paris, encontrem obstáculos praticamente inultrapassáveis ao estabelecimento de relações correctas e normais com os sindicatos operários, tornando-se compreensível, como é óbvio, a sua atitude de indiferença e afastamento acima referida.

Mas o desejo de conhecer e compreender, por outro lado, a atitude teórica e prática do movimento sindical relativamente a este assunto levou-me a abordar o problema mais geral da articulação entre o movimento imigratório e o movimento sindical em França. Além disso, a necessidade de perspectivas históricas impôs um longo desvio. Importa que esse desvio, motivado por exigências de análise, não constitua obstáculo a uma visão de conjunto que permita integrar, de maneira sistematizada, os resultados parciais obtidos. Foi isso que me conduziu à formulação explícita de algumas conclusões.

2. A imigração da mão-de-obra estrangeira constitui actualmente, nos países industrializados, um importante e necessário mecanismo de exploração capitalista ao serviço das classes dominantes; mecanismo que produz, nesses países, efeitos pertinentes, não só ao nível económico, mas também ao nível político e social, implicando, simultaneamente, relevantes e significativas incidências nas relações de dominação/dependência entre os países integrados no sistema capitalista mundial.

As actuais exigências da reprodução da força-de-trabalho (sem alteração das relações de produção) fazem que o fluxo imi-

gratório já não possa considerar-se, nos países industrializados, apenas como meio que permite, numa conjuntura favorável, aumentar a acumulação da mais-valia absoluta pela constituição dum exército industrial de reserva. Com efeito, uma parte cada vez maior do fluxo imigratório *corresponde actualmente a necessidades estruturais das referidas economias de mercado.*

É no domínio da luta de classes que o fluxo imigratório, enquanto mecanismo de exploração capitalista, apresenta as mais profundas implicações e consequências, na medida em que, habilmente manipulado pelas classes dominantes, constitui de facto, nesses países, um dos principais factores de divisão da classe operária, assumindo, assim, grande parte da responsabilidade pela relativa impotência desta.

3. A utilização do fenómeno imigratório como mecanismo de exploração capitalista só poderá ser eficazmente contrariada pela acção de formas adequadas do movimento operário.

Tudo inclinava a crer que o sindicalismo francês, apesar do seu pluralismo e da sua profunda heterogeneidade ideológica, representava ainda hoje uma dessas formas de organização e acção. Mas isso não é exacto. *Nos países industrializados, os sindicatos transformaram-se também em mecanismos de exploração capitalista, indispensáveis ao regular funcionamento do sistema.* Deste modo, os trabalhadores imigrantes pouco ou nada têm a esperar das organizações sindicais, explicando-se, assim, a profunda ambiguidade que sempre caracterizou as relações entre imigrantes e sindicatos.

3.1 Nos fins do século passado e nos princípios deste século, os sindicatos franceses contribuíram de maneira notável para a incentivação da luta de classes. Foram até, durante algum tempo, o eixo de organização da classe operária, assim como a sua escola de solidariedade e de consciência de classe. Ao nível da empresa conseguiram alimentar a guerrilha quotidiana entre patrões e proletários pela conquista de melhores salários e pela diminuição do tempo de trabalho, sem deixar perder de vista o objectivo final da sua luta: a abolição da salariato.

Até à primeira guerra mundial, os sindicatos constituíram, sem dúvida, uma das formas fundamentais do movimento operário francês. E, no entanto, eram já visíveis os sintomas da sua impotência. Em primeiro lugar, *foi-lhes imposto,* pela Lei Waldeck-Rousseau, o *domínio do económico como campo exclusivo de actividades, em troca da sua existência legal.* Em segundo lugar, pela *Carta de Amiens,* os próprios sindicatos renunciaram à via política, confirmando assim, de maneira paradoxal, o que havia sido imposição prepotente do poder. Deste modo, não se pôde fazer a necessária articulação entre sindicatos [30] e partidos operários. Ora, separar, na prática social, o económico do político e do ideológico

[30] Exceptuam-se os casos da C. G. T. U. e da própria C. G. T. (apenas em determinadas épocas).

é esquecer que tal separação apenas se faz, numa ordem lógica de pensamento, por necessidades de análise, mas que a realidade social concreta forma um todo complexo onde o económico, o político e o ideológico se encontram indissoluvelmente articulados e interpenetrados. Por outras palavras: uma acção sindical desligada duma acção política está condenada ao fracasso, pelo menos a longo prazo. Sindicatos e partidos operários, na medida em que funcionam como formas diferentes do mesmo movimento operário, terão necessariamente de encontrar formas de articulação adequadas, que lhes permitam uma prática social coerente. A história do movimento operário em França contém, mais do que nenhuma outra, esta preciosa lição: *os sindicatos operários ou funcionam como alavanca nas mãos da classe operária, contra o poder político que a domina, ou se resignam a uma lenta mas inelutável integração.*

3.2 Uma política de integração [31] dos sindicatos operários por parte das classes dominantes é possível, *em determinada fase da evolução capitalista,* quando as referidas classes dispõem de margens de lucro que lhes permitam abandonar aos trabalhadores algumas *migalhas* e quando o sistema já não consegue, de outro modo, ultrapassar facilmente as contradições internas.

Neste caso, o sindicalismo operário poderá deixar de ser um elemento estranho ao sistema capitalista, tornado-se um dos seus componentes básicos. Este fenómeno curioso verificou-se já em todos os países capitalistas industrializados, nomeadamente nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, etc. E tudo leva a crer que se continuará a verificar, a não ser que comecem a surgir factores poderosos, susceptíveis de constituir um obstáculo eficaz ao processo de integração [32]. Apontam-se três desses factores, por parecerem os mais relevantes e significativos:

a) A luta por uma total independência dos sindicatos em relação ao estado, implicando, como é óbvio, a *recusa de todas as formas de participação e colaboração, a qualuer nível que seja.*

b) A luta por uma completa democracia interna, de maneira que todo o poder se concentre na base, o que implica, por um lado, um novo estatuto para os organismos sindicais e, por outro lado, *uma permanente ligação às massas,* facto que parece cada vez mais raro.

c) A luta por reivindicações de carácter qualitativo e, portanto, de *negociação impossível* (ou, pelo menos, muito difícil), sem excluir, no entanto, as reivindicações tradicionais.

3.3 Os principais sintomas dessa maior ou menor integração parecem reduzir-se aos seguintes:

---

[31] Entende-se aqui por *integração* o fenómeno social que consiste na adequada correspondência entre, por um lado, os comportamentos e as atitudes dum grupo e, por outro lado, as normas e regras do sistema social em que o grupo se insere.

[32] É sobretudo na C. F. D. T. que se têm tornado mais visíveis alguns sinais desses factores. Só o tempo nos permitirá apreender o sentido e o alcance possível dessa evolução.

a) Uma participação cada vez maior do aparelho sindical em comissões paritárias ou tripartidas, ao nível da empresa, da localidade, da região, do país e até ao nível internacional. Estas comissões têm como finalidade, ou, pelo menos, como resultado, *uma tentativa de administração honesta no interior do sistema capitalista, que se aceita, na prática, como um dado de base, embora, por necessidades demagógicas, se continue a falar em abolição do salariato, construção do socialismo, via revolucionária,* etc.

b) *Um fosso cada vez maior entre, por um lado, os dirigentes e os militantes sindicais e, por outro lado, os sindicatos e as massas trabalhadoras. A existência e as dimensões deste fosso têm a ver com uma certa transferência de responsabilidade das massas trabalhadoras para as organizações sindicais e dos militantes de base para os grupos dirigentes.* Os resultados desta transferência, voluntária ou não, consciente ou inconsciente, traduzem-se *no aparecimento duma camada intermediária que se coloca entre o operariado e as entidades patronais, com vista à solução dos conflitos de trabalho, e na consequente desmobilização e despolitização das camadas trabalhadoras, progressivamente reduzidas a uma atitude infantil e passiva.*

Deste modo, a construção do socialismo deixa de ser a tarefa de todos os membros da classe operária, para se tornar um mito sindical.

c) *O desaparecimento progressivo do direito de greve, em proveito das convenções colectivas e dos acordos de progresso.* Por um lado, a expansão capitalista precisa cada vez mais de planear rigorosamente os acontecimentos e a acumulação de capitais. Mas não há planificação rigorosa possível sem a certeza da manutenção da *paz social,* e *só a existência de sindicatos fortes e representativos, que se apresentem como interlocutores válidos, pode tornar possível a negociação da necessária paz social. Com efeito, sem sindicatos fortes não é possível canalizar e controlar as múltiplas tensões da massa trabalhadora, a não ser que se recorra permanentemente ao uso e abuso da repressão violenta.* É por de mais significativo que, nas grandes empresas (como, por exemplo, a Régie Renault), as entidades patronais e os dirigentes sindicais tenham acabado por encontrar uma plataforma de *coexistência pacífica,* com nítidas vantagens para ambos os campos. *Mas, em última instância, com graves prejuízos para os trabalhadores e pesados danos para o movimento operário.*

3.4 *Os sindicatos franceses transformaram-se assim, lentamente, em poderosos aparelhos ideológicos de estado*[33] *ao serviço das classes dominantes.* Em nosso entender, o aparelho sindical francês detém actualmente o papel de dominância em relação aos restantes aparelhos ideológicos de estado, sem excluir sequer o aparelho escolar. Com efeito, parece-me que o papel importante desempenhado pelo aparelho ideológico religioso e pelo aparelho

[33] Cf. L. ALTHUSSER, «Idéologie et appareils idéologiques d'État», in *La Pensée,* Junho de 1970, e N. POULANTZAS, *Fascisme et dictature,* Paris, Maspero, 1970, pp. 329 e segs.

ideológico familiar no modo de produção feudal compete agora, nos países capitalistas industrializados, ao aparelho ideológico sindical e ao aparelho ideológico escolar, respectivamente.

4. Verifica-se, por conseguinte, que tanto o aparelho sindical como o mecanismo imigratório funcionam em França, de maneira complementar, sob o *contrôle* das classes dominantes e no sentido duma mais profunda divisão da classe operária, dando origem, por um lado, a uma camada operária *aristocrata,* constituída pelos trabalhadores nacionais qualificados e profundamente integrada, e, por outro lado, a uma camada proletária constituída quase só por trabalhadores estrangeiros, cuja miséria, alienação e não organização fazem lembrar os primeiros tempos da revolução industrial.

Sendo isto assim, e uma vez que tais sindicatos deixam de se inserir no movimento operário, é óbvio que não se pode esperar deles uma resposta, em termos de classe, ao problema da imigração.

Essa resposta terá de se pedir a novas formas de organização e de acção da classe operária em França.

5. A partir de Maio de 1968 foram-se generalizando em França formas de organização e de acção que implicam rotura com os modelos clássicos e crise profunda no sindicalismo tradicionalista. *«Comités» de acção, assembleias gerais, grupos de trabalho,* etc., substituem-se frequentemente aos agrupamentos sindicais.

São os próprios trabalhadores a assumir a responsabilidade dos movimentos a desencadear, assim como dos objectivos a atingir, e tudo isto sem distinções de raça, de nacionalidade, de posição política. Constrói-se assim, na prática social quotidiana, a unidade da classe operária. Por outro lado, estas novas formas de organização impuseram novas formas de acção. E, deste modo, as *greves selvagens* (ou espontâneas) começaram também a generalizar-se a partir de Maio de 1968. Mas as organizações sindicais fazem quanto lhes é possível para canalizar e dirigir estes movimentos, cuja iniciativa lhes escapa.

É ainda muito cedo para se avaliar com segurança a força e o significado destes factos. *Uma coisa, no entanto, parece certa: os antigos métodos da luta económica e política revelam a sua impotência perante os novos problemas sociais. E começa, lentamente, a delinear-se um fenómeno social novo: os imigrantes tomam consciência da sua identidade e da sua força e participam activa e intensamente nas novas formas de organização e acção. Mais ainda: ajudados por certas camadas jovens da população, não se limitam a contestar a posição que lhes é atribuída na empresa, mas também o lugar que lhes é demarcado fora dela.*

Não se pretende, de modo nenhum, prever os acontecimentos do futuro; mas, no que se refere aos imigrantes em geral e aos imigrantes portugueses em especial, há razões para pensar que a *revolução* de Maio, com o aparecimento e a generalização de

novas formas de organização e acção, abriu um caminho que pode permitir a articulação de todas as fracções, camadas e categorias na unidade da classe operária. Sendo assim, o problema fundamental dos imigrantes terá de se pôr em termos de articulação *com o movimento operário, e não com as organizações sindicais tradicionais.*

Março de 1974.